



DIREITO CIVIL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em janeiro de 2012, Paulo Sousa, então com 10 anos de idade, voltava da escola para casa, caminhando por uma estrada de terra da região rural onde morava, quando foi atingido por um cavalo que estava em um terreno à margem da estrada. O coice do animal causou danos sérios à saúde do menino, cujo tratamento se revelou longo e custoso.

A ação de reparação por danos patrimoniais e morais, movida em janeiro de 2017 contra o proprietário do cavalo, foi distribuída ao Juízo da 12ª Vara Cível de Vassouras/RJ. Nela, a parte anexa todos os documentos necessários, incluindo laudos médicos que atestam os danos, bem como os comprovantes de gastos médicos e farmacológicos. O magistrado profere sentença julgando improcedente a demanda, ao argumento de que Rosenval Junior, proprietário do animal, "empregou o cuidado devido, pois mantinha o cavalo amarrado a uma árvore no terreno, evidenciando-se a ausência de culpa, especialmente em uma zona rural onde é comum a existência de cavalos". Além disso, o juiz argumenta que já teria ocorrido a prescrição da ação de reparação, quer no que tange aos danos morais, quer no que tange aos danos patrimoniais, já que a lesão ocorreu em 2012 e a ação somente foi proposta em 2017.

Como advogado contratado pela mãe da vítima, Priscila Sousa, elabore a peça processual cabível, descartando a hipótese de Embargos de Declaração, e indicando os seus requisitos e fundamentos nos termos da legislação vigente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Em março de 2015, Mario Pereira entrou em uma loja de eletrodomésticos e adquiriu, para uso pessoal, uma geladeira duplex. Ao ligá-la pela primeira vez, o aparelho explodiu e causou sérios danos à sua integridade física. Desconhecedor de seus direitos, ele demorou mais de 2 anos para propor ação de reparação contra a Eletrodomésticos S/A, a fabricante do produto, o que somente ocorreu em junho de 2017. Em sua decisão, o magistrado acolheu o argumento da fabricante, julgando improcedente a demanda com base no art. 26 do CDC, já que a reclamação por vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 90 dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis. Afirmou, ademais, que o autor não fez prova do defeito técnico do aparelho. Mario Pereira, indignado, o(a) procura no dia seguinte à decisão.

A) Qual a medida processual cabível para a defesa dos interesses dele, ignorando a possibilidade de manejo de embargos declaratórios?

B) Qual seria o fundamento central para se rediscutir a decisão?

1	
2	

3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Lionel, famoso jogador de futebol, é contratado para ser o garoto propaganda da Volvic, fabricante de água mineral. O contrato de prestação de serviços tem prazo de três anos, fixando-se uma remuneração anual de R\$ 5.000.000,00. Contém, além disso, cláusula de exclusividade, que impede Lionel de atuar como garoto propaganda de qualquer concorrente da Volvic, e cláusula que estipula o valor de R\$ 1.000.000,00 para o descumprimento contratual, não prevendo direito a indenização suplementar. Durante o primeiro ano de vigência do contrato, Lionel recebe proposta para se tornar garoto propaganda da Voss, sociedade do mesmo ramo da Volvic, que oferece expressamente o "dobro do valor anual pago pela concorrente". Lionel aceita a proposta da Voss, descumprindo a cláusula de exclusividade contida no seu contrato anterior. Pelo descumprimento, Lionel paga à Volvic o montante de R\$ 1.000.000,00 estipulado. Como advogado consultado pela Volvic, responda:

- A) Se o prejuízo da Volvic for superior a R\$ 1.000.000,00, seria possível obter, de Lionel, judicialmente, a reparação integral do dano sofrido?
- B) Além do valor pago por Lionel, a Volvic teria direito a receber alguma indenização por parte da Voss?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Maria de Sousa, casada com Pedro de Sousa, desapareceu de seu domicílio, localizado na cidade de Macapá, sem dar notícias e não deixando representante ou procurador para administrar seus bens. Diante disso, responda:

A) Antes da abertura da sucessão provisória, o juiz deve tomar que medidas relativamente àquele declarado ausente?

B) Passados dez anos do trânsito em julgado da sentença de abertura da sucessão provisória dos bens deixados por Maria, seu marido requereu a sucessão definitiva. Em qual momento haverá a presunção de morte de Maria? A presunção de morte de Maria tem o condão de dissolver o casamento entre ela e Pedro?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Em 10/04/2017, Ana Paula adquiriu em uma loja de eletrodomésticos um secador de cabelos de última geração. Ao tentar utilizá-lo pela primeira vez, o aparelho explodiu, causando-lhe queimaduras severas na mão direita, que empunhava o secador. Em 10/09/2017, Ana Paula propôs ação judicial em face de Careca Companhia de Cabelos S/A, fabricante do aparelho, postulando a reparação de danos extrapatrimoniais e materiais, inclusive o custeio do tratamento de saúde, objeto de pedido de tutela de urgência. Em sua defesa, a fabricante invocou o transcurso do prazo decadencial de 90 dias para a reclamação de vícios de produtos duráveis. Diante da situação descrita acima, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir.

A) A alegação de decadência é procedente? Considerando uma resposta positiva, caso a companhia tivesse sido condenada, em sede de tutela de urgência, a custear um caro tratamento de saúde a ela, qual seria a consequência processual?

B) Se as partes tivessem estabelecido no contrato de aquisição do produto um limite de R\$ 30.000,00 para eventuais indenizações, tal cláusula seria válida no direito brasileiro?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	